



CÂMARA TÉCNICA DE PLANOS DE RECURSOS HÍDRICOS (CTPLAN) Ata da 32ª reunião, realizada em 17 de junho de 2016

1 Em 17 de junho de 2016, reuniu-se ordinariamente a Câmara Técnica de Planos
2 de Recursos Hídricos (CTPLAN) do Conselho Estadual de Recursos Hídricos
3 (CERH), na sede da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento
4 Sustentável (SEMAD), em Belo Horizonte. Participaram os seguintes membros
5 titulares e suplentes: o presidente Elbert Figueira Araújo Santos, da Agência
6 Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário
7 do Estado de Minas Gerais (Arsae), e o presidente suplente Geraldo Vitor de
8 Abreu, do Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM). Representantes dos
9 usuários de recursos hídricos. Dênio Drummond Procópio, da Companhia
10 Energética de Minas Gerais (Cemig); Marco Alfredo Gomes Colombini, da
11 Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa); Carlos Alberto Santos
12 Oliveira, da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais
13 (Faemg); Deivid Lucas de Oliveira, da Federação das Indústrias do Estado de
14 Minas Gerais (Fiemg); Leonardo Guimarães Ribeiro, do Instituto Aço Brasil
15 (IABr). Representantes de entidades da sociedade civil ligadas aos recursos
16 hídricos. Gustavo Bernardino Malacco da Silva, da Associação para a Gestão
17 Socioambiental do Triângulo Mineiro (Angá); Gustavo Tostes Gazzinelli, do
18 Fórum Nacional da Sociedade Civil nos Comitês de Bacias Hidrográficas
19 (Fonasc); Sylvio Luiz Andreozzi, da Universidade Federal de Uberlândia (UFU);
20 Flávio Pimenta de Figueiredo, do Instituto de Ciências Agrárias (ICA) da
21 Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). **Assuntos em pauta. 1)**
22 **ABERTURA.** O presidente Elbert Figueira Araújo Santos declarou aberta a 32ª
23 reunião da Câmara Técnica de Planos de Recursos Hídricos. **2)**
24 **COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS. Servidores do Sisema.** Antes da
25 discussão dos itens 4 e 5 da pauta, foram registradas manifestações sobre o
26 movimento de greve dos servidores do Sisema. Túlio, da Gerência de Planos de
27 Recursos Hídricos e Enquadramento dos Corpos de Água/IGAM: “No dia 8 de
28 junho, houve uma reunião da Comissão de Meio Ambiente da Assembleia
29 Legislativa, e a Secretaria de Planejamento foi convocada a se manifestar sobre
30 o que nós estamos reivindicando na nossa greve. Até então eu não estava de
31 greve. Mediante a resposta que a Seplag nos deu, eu e vários outros colegas
32 pelo Estado afora entramos em greve. Só para entendimento dos conselheiros
33 do porquê da nossa greve, antes que pareça um ato corporativista apenas ou
34 momentâneo, em virtude da crise e do PL 257, que está tramitando no
35 Congresso Nacional, que prevê que a renegociação da dívida está condicionada
36 a congelamento de qualquer reajuste de servidores, promoção e progressão em
37 suas carreiras. Ou seja, sem servidor motivado, com uma carreira decente, com

38 salário digno, vocês vão ver uma evasão, nos próximos anos, repetir o que já se
39 viu em anos anteriores. Nós temos uma gratificação no nosso salário, criada no
40 governo Aécio Neves, em 2007, que foi um paliativo mediante um plano de
41 carreira que já era defasado naquela época. No governo Anastasia, nós fomos
42 perceber que essa gratificação tem uma maldade embutida chamada Fator
43 Redutor, em que as promoções que nós conseguíamos por contagem de tempo
44 são descontadas. Qualquer ganho na nossa carreira é descontado na nossa
45 gratificação. O governo do PSDB nos enrolou ao máximo. Veio o governo
46 Pimentel e reconheceu a existência desse Fator Redutor, mas retirou apenas
47 metade dele. Então nós estamos brigando para retirar a outra metade desse
48 Fator Redutor, 50%. Mas, principalmente, nós estamos desde 2011 batalhando
49 por um plano de carreira, e vão sendo criados grupos de estudo, vão mudando
50 as pessoas, e nós não temos resposta. Então a Secretaria de Meio Ambiente e
51 os servidores elaboraram um plano de carreira condizente com a realidade de
52 outras instituições. Não é nada fora da realidade. Encaminhamos para a
53 Secretaria de Planejamento em agosto do ano passado, e lá ficou até o
54 presente momento. E para nossa ingrata surpresa a representante da Seplag na
55 reunião do dia 8 de junho, na Comissão de Meio Ambiente, simplesmente nos
56 dá a resposta de que não foi analisado. Então até eu que era contrário à greve,
57 por ver a situação fiscal e financeira em que se encontra não só o Estado, mas
58 o mercado... A partir daquele momento, ela na verdade nos motivou a entrar de
59 greve. A subsecretária de carreira da Seplag. Enfim, só demonstrou que mudou-
60 se o governo, mas o tratamento com a questão ambiental... Não existe uma
61 política ambiental e de recursos hídricos e florestal sem servidores motivados.
62 Então nós estamos batalhando pela reformulação do nosso plano de carreira,
63 que já foi entregue, batalhando pela alteração de critérios de promoção e
64 progressão. Porque hoje, não sei se os senhores sabem, só conta tempo na
65 carreira se fizer mestrado ou doutorado, e tem que acionar a Justiça para que o
66 governo reconheça. Então, além de não existir uma política de incentivo a
67 atualização, capacitação e treinamento, nós ainda temos que entrar na Justiça,
68 pagar para ter reconhecido um direito. Porque no nosso serviço o tempo todo
69 nós somos cobrados, seja dentro da instituição, seja fora, em reuniões, por essa
70 atualização. Mas qual é o incentivo para isso? Então nós chegamos a um limite.
71 Eu só queria deixar isso registrado, por que nós estamos em greve. Em respeito
72 aos senhores, no dia 8 de junho, quando foi convocada esta reunião, eu estava
73 de greve. Chegamos a um consenso, em respeito aos senhores, que às vezes
74 vêm de longe, no Estado, e nós estamos aqui.” O conselheiro Carlos Alberto
75 Santos Oliveira declarou apoio da Faemg e seu apoio pessoal como cidadão às
76 reivindicações dos servidores do Sisema. O conselheiro Gustavo Bernardino
77 Malacco da Silva também manifestou apoio aos servidores e disse que espera
78 que o governo atual corrija a situação. O conselheiro Gustavo Tostes Gazzinelli
79 sugeriu que os representantes da Fiemg, da Faemg e do Instituto Aço Brasil
80 peçam aos presidentes de suas entidades que mobilizem os deputados de suas

81 bases para formalizarem apoio às reivindicações dos servidores, em especial ao
82 plano de carreira. Ressaltou que o apoio se desse também de forma
83 institucional e não apenas por meio de manifestação dos representantes na
84 CTPLAN. “Que as entidades façam comunicado a todos os deputados falando
85 que é uma questão fundamental, e publiquem isso.” O conselheiro também
86 manifestou seu apoio aos servidores e fez apelo ao governo para que a questão
87 seja resolvida. “Eu espero que este governo possa fazer o que os outros não
88 fizeram e não repita o que os outros fizeram nessa área.” Túlio, da Gerência de
89 Planos de Recursos Hídricos e Enquadramento dos Corpos de Água/IGAM,
90 reforçou a sugestão do conselheiro Gustavo Tostes Gazzinelli sobre apoio das
91 entidades e reiterou que os servidores gostariam de contar também com o apoio
92 desta Câmara.” **Reuniões da CTPLAN.** Durante as discussões nesta sessão,
93 houve consenso entre os conselheiros no sentido de se otimizar as reuniões da
94 CTPLAN. O conselheiro Gustavo Bernardino Malacco da Silva registrou
95 solicitação para que seja avaliada a possibilidade de marcação de reuniões
96 bimestrais, com duração de dois dias e em período integral (manhã e tarde), a
97 exemplo do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, visando aproveitar melhor
98 o tempo e o deslocamento dos conselheiros. O conselheiro sugeriu ainda que
99 haja um alinhamento entre os presidentes da CTPLAN e das demais câmaras
100 técnicas do CERH para viabilizar essa proposta de alteração do calendário. **3)**
101 **EXAME DA ATA DA 31ª REUNIÃO.** O exame e a votação da ata da 31ª reunião
102 da CTPLAN, realizada em 20 de maio de 2016, foram remetidos à pauta da
103 próxima sessão. A Câmara aprovou por maioria a solicitação do conselheiro
104 Carlos Alberto Santos Oliveira para sobrestar a aprovação da ata justificando a
105 necessidade de maior prazo para a análise do documento. Conselheiro Carlos
106 Alberto Santos Oliveira: “Eu participei da última reunião até 12h30. Foi uma
107 reunião muito conturbada. Eu tentei ler a ata e não consegui, além de outros
108 assuntos. Eu estou propondo a retirada de pauta da aprovação daquela ata
109 agora. Estou propondo a retirada de pauta para poder examiná-la, porque a
110 reunião foi muito complicada.” A retirada de pauta foi aprovada por maioria, com
111 uma abstenção e um voto contrário. Declaração de voto – Conselheiro Sylvio
112 Luiz Andreozzi: “Eu moro em Uberlândia. Para vir a esta reunião, eu peguei um
113 avião que sai às 6h50. Vou retornar para a minha cidade pegando um voo às
114 4h50. Eu tenho que acordar às 4h30 da manhã para pegar o voo que vem para
115 cá. Eu não vou ler mais nenhum documento. Todo documento que chegar aqui
116 eu vou pedir para sobrestar porque eu não pude ler. Nenhum problema pela
117 retirada da votação da ata, isso é um procedimento normal quando há
118 justificativa. O que aconteceu aqui foi um ato de desrespeito ao meu trabalho.
119 Desrespeito porque não há justificativa técnica nenhuma para a retirada da
120 votação da ata.” **4) MINUTA DE DELIBERAÇÃO NORMATIVA PARA EXAME E**
121 **POSTERIOR ENCAMINHAMENTO À CÂMARA TÉCNICA INSTITUCIONAL E**
122 **LEGAL (CTIL) DO CERH/MG. 4.1. Discussão e revisão da minuta de**
123 **Deliberação Normativa CERH que dispõe sobre critérios e diretrizes gerais**

124 **para a elaboração dos Planos Diretores de Recursos Hídricos de Bacias**
125 **Hidrográficas, bem como mecanismos e critérios de acompanhamento de**
126 **sua Implantação e do Plano Estadual de Recursos Hídricos. Apresentação:**
127 **IGAM.** Dando continuidade à análise da minuta de deliberação normativa,
128 iniciada na reunião anterior, a Câmara Técnica de Planos de Recursos Hídricos
129 aprovou os Considerandos nesta sessão, por unanimidade, nos termos
130 descritos a seguir: – Aprovada a inclusão de dois Considerandos, conforme
131 decidido na reunião anterior, com os seguintes textos propostos pelo IGAM:
132 “Considerando as diretrizes para a elaboração dos Planos de Recursos Hídricos
133 de Bacias Hidrográficas estabelecidas pela Resolução do Conselho Nacional de
134 Recursos Hídricos nº 145, de 12 dezembro de 2012, observado o disposto nos
135 artigos 6º, 7º e 8º da Lei Federal nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997;
136 “Considerando a aprovação da Metodologia Mineira de Caracterização
137 Socioeconômica e Ambiental de Sub-Bacias Hidrográficas, denominada
138 Zoneamento Ambiental e Produtivo (ZAP), pelo Decreto Estadual nº 46.650, de
139 19/11/2014, como base de dados e informações que subsidiarão a formulação,
140 a implantação e o monitoramento de planos, programas, projetos e ações que
141 busquem o aprimoramento do planejamento e da gestão ambiental por território
142 no Estado.” (redação aprovada nos termos da proposta do IGAM, com ajuste
143 proposto pelo conselheiro Gustavo Tostes Gazzinelli). – Considerando aprovado
144 com nova redação: “Considerando a necessidade de se estabelecer critérios e
145 diretrizes complementares à Resolução do Conselho Nacional de Recursos
146 Hídricos (CNRH) n.º 145, de 12 de dezembro de 2012, para a elaboração dos
147 Planos de Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas, como um dos
148 instrumentos das Políticas Nacional e Estadual de Recursos Hídricos,
149 estabelecidos pelas Leis Federal nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e Estadual
150 nº 13.199, de 29 de janeiro de 1999. – Aprovada a supressão de Considerando,
151 com a orientação para que seu conteúdo seja incluído como artigo da
152 deliberação normativa, conforme proposta do conselheiro Gustavo Bernardino
153 Malacco da Silva, nos seguintes termos: “Considerando que a elaboração e
154 implantação dos Planos Diretores de Recursos Hídricos devem estar em
155 consonância com as diretrizes, objetivos e metas de qualidade estabelecidas
156 nos Planos Nacional e Estadual de Recursos Hídricos, bem como em outros
157 Planos de Recursos Hídricos de Bacia Hidrográfica existentes na sua área de
158 abrangência, devendo ser desenvolvidos para cada Unidade de Planejamento e
159 Gestão de Recursos Hídricos (UPGRH), também denominada Circunscrição
160 Hidrográfica, estabelecida pelas Deliberações Normativas CERH nº 06/2002 e
161 36/2010, respeitando-se as características de disponibilidade hídrica das
162 respectivas Unidades.” – Aprovada a supressão de Considerando, com a
163 orientação para que seja discutida a possibilidade de inclusão de seu conteúdo
164 em forma de artigo nas disposições transitórias, conforme proposta do
165 conselheiro Gustavo Tostes Gazzinelli: “Considerando a necessidade de
166 atualização dos Planos Diretores de Recursos Hídricos existentes ou de sua

167 elaboração para as UPGRH's do Estado onde esse instrumento de gestão ainda
168 não foi aprovado.” – Aprovada a supressão dos seguintes Considerandos
169 constantes da proposta do IGAM: “Considerando que, conforme lei supracitada,
170 os Planos Diretores de Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas têm por
171 finalidade fundamental e orientar a implementação de programas e projetos
172 contendo, no mínimo, a prioridade para outorga de direito de uso de recursos
173 hídricos e as diretrizes e critérios para cobrança pelo uso dos recursos
174 hídricos.” “Considerando que ao CERH-MG também compete estabelecer os
175 critérios e as normas gerais para a outorga dos direitos de uso de recursos
176 hídricos e sobre a cobrança pelo direito de uso de recursos hídricos;”
177 “Considerando que a concessão pelo poder público estadual da outorga do
178 direito de uso de recursos hídricos deve observar, além da disponibilidade
179 hídrica, as prioridades de uso e as metas de quantidade e qualidade de água
180 estabelecidas no respectivo Plano Diretor da Bacia Hidrográfica;” “Considerando
181 que compete à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento
182 Sustentável (SEMAD) fomentar a captação de recursos para financiar as ações
183 e atividades do Plano Estadual de Recursos Hídricos, supervisionar e coordenar
184 a sua aplicação, conforme art. 40, inciso III, da Lei 13.199/99, bem como
185 apresentar ao CERH-MG sua proposta orçamentária anual para o financiamento
186 das ações e atividades do Plano Estadual de Recursos Hídricos, conforme art.
187 4º do Decreto 41.578/2001;” **5) DISCUSSÃO E PROPOSIÇÃO DE FORMAÇÃO**
188 **DE GT PARA DEFINIÇÃO DE PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS PARA**
189 **PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE ÁREAS SUJEITAS À RESTRIÇÃO DE USO**
190 **COM VISTA À PROTEÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS E DOS**
191 **ECOSSISTEMAS AQUÁTICOS NO ÂMBITO DOS PLANOS DIRETORES DE**
192 **RECURSOS HÍDRICOS. Apresentação: IGAM.** Após discussões nesta sessão,
193 a Câmara Técnica de Planos de Recursos Hídricos deliberou por unanimidade a
194 realização de um seminário sobre o tema, a ser organizado com o apoio do
195 IGAM e de entidades dos setores usuários e da sociedade civil, conforme
196 proposta apresentada pelo conselheiro Gustavo Tostes Gazzinelli,
197 complementada pelos demais conselheiros. Foi criada uma comissão da
198 Câmara para contribuir na formatação do seminário, composta pelos
199 conselheiros Sylvio Luiz Andreozzi, Flávio Pimenta de Figueiredo e o presidente
200 da CTPLAN, Elbert Figueira Araújo Santos. Síntese das manifestações que
201 levaram a CTPLAN a decidir pela realização do seminário. O conselheiro Carlos
202 Alberto Santos Oliveira considerou que trata-se de matéria complexa e que cabe
203 à Assembleia Legislativa discutir, e se posicionou contrário à formação de um
204 grupo de trabalho no âmbito da CTPLAN, destacando, inclusive, a existência do
205 Código Florestal para disciplinar o tema. O conselheiro Gustavo Tostes
206 Gazzinelli considerou relevante a discussão destacando que o tema está
207 previsto na Lei 9.433, e manifestou sua opinião no sentido de que “não se pode
208 ignorar que seja competência da CTPLAN”. O conselheiro Deivid Lucas de
209 Oliveira avaliou que não caberia a um grupo de trabalho da CTPLAN definir o

210 que é área de restrição e que seria necessário um estudo da situação de cada
211 região para indicar a necessidade ou não de restrição. Nesse sentido, sugeriu a
212 realização de um trabalho conjunto do Fhidro e do IGAM. Considerou ainda “um
213 risco para o Estado como um todo a definição de área de restrição”. O
214 conselheiro Gustavo Tostes Gazzinelli ponderou que a discussão do tema
215 poderia ser feita por meio de um grupo de trabalho, pela Câmara diretamente ou
216 a partir de uma proposta apresentada pelo IGAM. O conselheiro Carlos Alberto
217 Santos Oliveira sugeriu que o IGAM envie uma proposta de projeto lei para a
218 Assembleia. O conselheiro Gustavo Bernardino Malacco da Silva considerou
219 que “a Assembleia já fez seu papel, porque aprovou a Política Estadual de
220 Recursos Hídricos, e está claro que nos Planos Diretores tem que constar a
221 identificação de áreas de restrição de uso”. “Então agora cabe aos órgãos
222 gestores, à SEMAD e ao IGAM, delimitar e trabalhar essa questão. O GT não
223 vai definir área de restrição, o GT vai discutir metodologia para que os planos
224 diretores tenham um caminho para se identificar as áreas de restrição. E
225 mesmo com os planos identificando as áreas de restrição, carece de aprovação
226 pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos. O GT seria interessante porque
227 poderia trazer especialistas para discutir com os membros da Câmara.” O
228 conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi também defendeu a criação de um grupo de
229 trabalho. “A criação de um GT para definir a metodologia é atribuição da
230 Câmara Técnica, designada na legislação.” O conselheiro Leonardo Guimarães
231 Ribeiro considerou pertinente o IGAM apresentar uma proposta e a CTPLAN
232 discutir e deliberar. “Não vejo por que criar um GT para isso. Imagino que o
233 IGAM tenha técnicos competentes para avaliar, e já tem um diagnóstico do
234 Estado.” Considerou ainda que dessa forma “seria até mais célere o processo”.
235 Robson Rodrigues dos Santos, gerente de Planos de Recursos Hídricos e
236 Enquadramento dos Corpos de Águas/IGAM, comunicou que “os servidores do
237 IGAM estão de greve, mas em respeito à convocação feita para esta reunião,
238 anteriormente, se dispuseram a estar presentes para a realização desta
239 sessão”. Quanto à proposta de criação de GT, o gerente do IGAM fez uma
240 exposição aos conselheiros com esclarecimentos sobre o tema e destacou:
241 “Houve uma consulta à Procuradoria do IGAM, porque a lei colocou a
242 necessidade de os Planos Diretores indicarem e proporem essas áreas e não
243 temos um conceito legal para essas áreas sujeitas a restrição de uso. Não são
244 as Unidades de Conservação, não são as APPs. Apesar de que os Planos têm
245 tido dificuldade em apontar ou indicar essas áreas. Aí cai sempre naquela
246 questão de unidade de conservação e áreas de preservação já previstas em lei.
247 E não é o caso. A lei trouxe essa diretriz, e é necessário estabelecer o conceito
248 dessas áreas sujeitas a restrição de uso. Foi feita uma consulta pela bacia do
249 PN3, e a Procuradoria do IGAM se manifestou no sentido de que os Comitês de
250 Bacia é que deverão estabelecer esses conceitos. Só que para os CBHs
251 trabalharem isso é preciso ter uma diretriz macro do Conselho Estadual de
252 Recursos Hídricos. E por isso o IGAM está propondo a criação de um GT no

253 âmbito do Conselho.” O conselheiro Gustavo Tostes Gazzinelli considerou que
254 a CTPLAN deveria tratar diretamente o tema, e, se necessário, poderia
255 aumentar a frequência das reuniões. Túlio, da Gerência de Planos de Recursos
256 Hídricos e Enquadramento dos Corpos de Águas/IGAM, apresentou o histórico
257 que está motivando essa discussão na CTPLAN. “A Coordenadoria Regional da
258 Promotoria de Meio Ambiente da Bacia do Rio Grande oficiou o IGAM, através
259 do Ofício 733/2015. O MP acionou o IGAM cobrando uma avaliação dos Planos
260 Diretores de Recursos Hídricos das Bacias de Minas em relação ao
261 cumprimento do conteúdo mínimo, no que se refere à propostas, identificação e
262 estudos para indicar a criação de áreas sujeitas a restrição de uso, com vista à
263 proteção dos recursos hídricos e de ecossistemas aquáticos, em especial as
264 zonas de recarga dos aquíferos. Nós fizemos uma avaliação dos 28 planos
265 aprovadas em Minas Gerais e, na nossa nota técnica, que respondemos ao
266 Ministério Público, o que são apresentados nos Planos de Bacia aqui em
267 Minas? Existem planos que apresentam e fazem levantamento das áreas de
268 proteção ambiental, principalmente mananciais voltados para abastecimento
269 público. Citam unidade de conservação, tanto de proteção integral quanto de
270 uso sustentável, corredores ecológicos, terras indígenas, área de preservação
271 permanente, áreas inaptas, seja para atividade agrossilvopastoril ou outro tipo
272 de atividade, e áreas prioritárias de conservação. Qual é a conclusão da nota
273 técnica do IGAM? Os planos de bacia existentes fazem um inventário da
274 cobertura vegetal. Em alguns casos, propõem áreas prioritárias para
275 conservação, baseada na legislação ambiental e florestal, com foco na proteção
276 da biodiversidade. A outra conclusão é: em virtude da carência de estudos
277 hidrogeológicos regionais abrangentes em escalas adequadas, os PDRHs não
278 delimitam as áreas de recarga de aquíferos e suas zonas de proteção. Falta
279 uma conceituação do que seriam essas áreas sujeitas a restrição de uso,
280 carecemos ainda da definição dessas áreas, e precisamos normatizar os
281 aspectos técnicos metodológicos em relação a delimitação, identificação, níveis
282 ou grau de restrição e/ou medidas de controle.” O conselheiro Carlos Alberto
283 Santos Oliveira defendeu que, antes da criação de um GT pela CTPLAN, o
284 IGAM estimulasse a realização de estudos necessários para embasar “uma
285 discussão mínima, um ponto de partida para se discutir”. O conselheiro Flávio
286 Pimenta de Figueiredo se propôs a apresentar resultados de trabalho com
287 dados reais da bacia do rio São Francisco para embasar as discussões pela
288 Câmara. O conselheiro Gustavo Bernardino Malacco da Silva reiterou que o
289 objetivo é definir metodologia e não as áreas de restrição, e defendeu a criação
290 do GT considerando a possibilidade de se convidar especialistas, além de
291 técnicos do IGAM, do IEF e de outros órgãos, da academia, do setor produtivo e
292 da sociedade civil, “para dialogar e saber o caminho, porque é um tema
293 complexo”. O conselheiro Deivid Lucas de Oliveira considerou que é preciso ter
294 subsídio de especialistas para se definir a metodologia, e propôs que fosse
295 contratado, um especialista para elaboração de um estudo, seja por meio do

296 IGAM, do Fhidro ou de um centro de pesquisa. “Que cada membro coloque ao
297 longo do estudo as suas contribuições técnicas, para sair um estudo robusto e
298 que atenda a necessidade para definir as metodologias”, destacou. O
299 conselheiro Leonardo Guimarães Ribeiro considerou que a discussão esbarra
300 em problema institucional não só do IGAM, mas de órgãos em todo o Brasil,
301 com dificuldades para apresentar quadros de pessoal suficiente para oferecer
302 todas as diretrizes exigidas. Citou a existência de estudos de EIA/Rima e outros
303 disponíveis, e questionou por que o Estado não faz o georreferenciamento e
304 utiliza esses dados, assim como de estudos de universidades. Considerou ainda
305 que a criação de um GT “enfraquece o IGAM”. Por fim, o conselheiro sugeriu
306 que o IGAM possa apresentar uma proposta e ponderou que um GT poderia
307 deixar o processo muito moroso, dada a necessidade de uma resposta mais
308 rápida à demanda apresentada. O conselheiro Gustavo Tostes Gazzinelli
309 avaliou que a Câmara poderia traçar uma estratégia para tratar do tema, que
310 não seria necessariamente neste primeiro momento a contratação de um
311 especialista. E sugeriu que a CTPLAN, junto com a diretoria do IGAM,
312 organizasse um seminário para iniciar as discussões. Além do seminário,
313 recomendou que seja disponibilizada a todos os conselheiros a nota técnica do
314 IGAM sobre o tema e que fosse feito um apanhado do que existe hoje de
315 legislação sobre a matéria em qualquer Comitê de Bacia no Brasil ou mesmo
316 fora do país, para ser feita uma leitura comparada. O conselheiro afirmou que
317 ficou claro na apresentação que “a grande questão são as áreas de recarga”.
318 “Vocês falaram que boa parte dos outros instrumentos que existem já cobre
319 vários fatores, mas a área de recarga não. Então eu acho que deveria focar
320 mais a questão das áreas de recarga. E, por fim, o que existe nos Planos
321 Diretores de Minas Gerais? Alguém estabeleceu de forma mais clara o que
322 seria essa restrição de uso? Se sim, pega. Então, antes de entrar na discussão,
323 ter mais subsídios técnicos e também o seminário para a primeira discussão
324 sobre o tema.” O conselheiro sugeriu que seja convidado o professor Bruschi,
325 de Viçosa, “na perspectiva de não só discutir essa questão de restrição de uso,
326 mas discutir abacia de uma forma mais complexa, mais sofisticada do que tem
327 sido tratado hoje”. “Por exemplo, tem uma norma que é Q7,10 para Minas
328 Gerais inteiro, 50% da Q7,10, e em alguns lugares é 30%. Essa apresentação
329 que o professor fez me deu uma sensação de que o nosso universo é um
330 universo mais complicado do que aparece, e, sendo assim, permite abordagens
331 diferentes. E essas abordagens também podem refletir nas restrições de uso,
332 quais devem ser, como podem ser. Na verdade, no final das contas, vai se
333 resolver na bacia mesmo, mas eu acho que nós podemos definir alguns
334 parâmetros importantes. E acho que essa questão da recarga é um exercício a
335 ser feito.” O conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira reforçou “a
336 complexidade do tema”, apoiou a proposta de realização de seminário e da
337 discussão técnica e legal da necessidade de metodologia de restrição de uso.
338 “Onde for necessário se fazer restrição de uso, vamos fazer, e se foro caso

339 vamos indenizar.” Túlio, da Gerência de Planos de Recursos Hídricos e
340 Enquadramento dos Corpos de Água/IGAM, destacou o papel consultivo da
341 Câmara de subsidiar o Plenário do CERH em suas tomadas de decisão e
342 subsidiar também o órgão gestor. Considerou que não haveria necessidade de
343 se contratar um estudo, mas fazer valer o papel da Câmara, podendo chamar
344 academia e o setor usuário para um debate sobre o tema.” O conselheiro Sylvio
345 Luiz Andreozzi manifestou apoio à realização do seminário. “A partir do
346 seminário, decidir se será composto o GT ou se a discussão será feita na
347 CTPLAN, com o apoio técnico do IGAM. Na minha opinião não há necessidade
348 de contratação de estudo externo.” O conselheiro Gustavo Bernardino Malacco
349 da Silva concordou que não há necessidade de contratação de estudo externo e
350 considerou que o seminário é “o caminho mais correto”. E sugeriu que fossem
351 trabalhados dois temas ou linhas de ação: proteção de ecossistemas aquáticos
352 e área de recarga. O conselheiro Leonardo Guimarães Ribeiro concordou com a
353 proposta do seminário, mas ponderou que deve ser mantido o termo “restrição
354 de uso”, “que irá considerar, naturalmente, área de recarga. “Eu acredito que
355 após o seminário o IGAM deveria, sim, trabalhar e fazer uma proposta de
356 metodologia para ser discutida e deliberada pela CTPLAN, porque aí capacita
357 profissional do IGAM para fazer isso.” Robson Rodrigues dos Santos, gerente
358 de Planos de Recursos Hídricos e Enquadramento dos Corpos de Águas/IGAM,
359 avaliou a realização do seminário como a alternativa mais viável neste primeiro
360 momento e que, posteriormente, a CTPLAN poderá decidir se criará ou não o
361 GT ou se a discussão de uma proposta será tratada diretamente pela Câmara.
362 Informou que o IGAM irá apoiar a realização do seminário e ajustar um
363 planejamento com o presidente da Câmara, convidando especialistas, e
364 destacou a necessidade de contar com parcerias. Reforçou também a sugestão
365 de se tratar o tema como áreas de restrição de uso e a necessidade de focar
366 esse conceito. O conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira destacou a
367 necessidade de o seminário tratar da parte técnica e também jurídica do tema.
368 O conselheiro Gustavo Tostes Gazzinelli propôs que a Advocacia Geral do
369 Estado (AGE) e a própria Procuradoria do IGAM fizesse um estudo comparado
370 do que existe de legislação sobre o tema. E propôs que o seminário tenha
371 poucos palestrantes para que haja mais tempo para exposições e debates.
372 Sugeriu ainda que os conselheiros Flávio Pimenta de Figueiredo e Sylvio Luiz
373 Andreozzi integrassem uma comissão para ajudar a pensar a formatação do
374 programa do seminário. O conselheiro Flávio Pimenta de Figueiredo se colocou
375 à disposição e também a UFMG para contribuir. “Nós temos que explorar da
376 pessoa que vier aqui uma metodologia que consigamos adotar para diferentes
377 bacias hidrográficas. No meu ponto de vista, esse seria o gargalo principal,
378 considerando as diferentes realidades regionais no Estado. Nós temos que ser
379 objetivos. Nós temos problemas gravíssimos nas bacias hidrográficas, sejam de
380 área de recarga, de nascentes, e queremos uma metodologia para ser aplicada
381 nessas diferentes bacias, com a qual o Conselho Estadual e o IGAM possam

382 tomar medidas mitigadoras e ações.” O conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi
383 também se colocou à disposição para colaborar na organização do seminário e
384 defendeu que seja um evento mais participativo, com a possibilidade de
385 discussão dos conceitos. Considerou pertinente a proposta do conselheiro
386 Carlos Alberto Santos Oliveira de as entidades trazerem seus especialistas para
387 debater as questões. “A partir do seminário, os membros da CTPLAN teriam
388 condições de decidir se criam um GT ou se ela mesma discute a proposta.” O
389 conselheiro Deivid Lucas de Oliveira afirmou que caberia a cada segmento
390 trazer especialista para promover o debate e sugeriu a diretora-geral do IGAM,
391 Maria de Fátima Chagas Dias Coelho, para mediar o debate, para garantir “a
392 visão de todos os lados, para depois a Câmara dar andamento”. Geraldo Vitor
393 de Abreu, diretor de Gestão e Apoio ao Sistema de Estadual de Gerenciamento
394 de Recursos Hídricos/IGAM, manifestou apoio à realização do seminário. “Eu
395 quero não só deixar o compromisso aqui do apoio da diretoria do IGAM à
396 realização desse seminário, como também entendo que nós também devemos
397 dar o mesmo tratamento para outros temas e que nós precisamos aprofundar o
398 debate da agenda de recursos hídricos. Saindo da Regularização Ambiental do
399 Sisema, eu fui convidado a assumir essa diretoria no IGAM, e sei dos desafios
400 que nós temos, que não são poucos. É verdade que nós temos um grande
401 número de planos de bacia hidrográfica, mas efetivamente as suas ações
402 também ainda são bastante insipientes, e nós precisamos ganhar escala na
403 implementação das ações desses planos. Alguns planos, por serem revisados.
404 Recentemente, tivemos a revisão do Plano do Velhas, que tem uma experiência
405 que precisa ser também espriada para os demais comitês. E cada comitê tem
406 a sua experiência, o seu aspecto positivo, e nós precisamos fomentar isso mais.
407 Eu não tenho dúvida de que, se nós conseguirmos ter sucesso nesse diálogo,
408 que possa dar materialidade a essas expectativas desses espaços, nós vamos
409 contribuir muito para essa agenda tão importante como é a agenda de recursos
410 hídricos no nosso Estado. E esta diretoria, com a missão que tem de articular os
411 diversos setores e de contribuir para que isso possa acontecer, eu espero que
412 possa ter a colaboração de todos os setores, sem exceção, para que possamos
413 avançar nessa agenda. Ela é fundamental, e não tenho dúvida de que o
414 sucesso dos nossos resultados será maior na medida em que nós buscarmos
415 muito debate, consenso e compromisso na implementação daquilo que nós
416 acordarmos e pactuarmos.” Conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira: “Nós
417 temos que botar de pé toda uma legislação que elegeu o Comitê de Bacia como
418 elemento primordial da implementação da Política de Recursos Hídricos.”
419 Encaminhamentos. Em seguida, a CTPLAN aprovou por unanimidade a
420 proposta de realização do seminário e a criação de uma comissão de
421 conselheiros, composta pelos conselheiros Flávio Pimenta de Figueiredo, Sylvio
422 Luiz Andreozzi e o presidente da Câmara, Elbert Figueira Araújo Santos, para
423 colaborar com o IGAM na organização do evento. O conselheiro Sylvio Luiz
424 Andreozzi sugeriu o seguinte formato: quatro ou cinco expositores, sendo um

425 indicado pela Faemg, um pela Fiemg, um pela UFMG e um pela UFU.
426 Basicamente, uma palestra sobre o que não é área de proteção (balizamento
427 conceitual); palestra sobre recarga, o que é importante, como se define, como
428 se preserva; limitação de área de exclusão, como é o procedimento de
429 limitação; e os especialistas indicados pela Faemg e Fiemg fechariam o evento.
430 **6) ENCERRAMENTO.** Antes de encerrar a sessão, o presidente Elbert Figueira
431 Araújo Santos registrou apoio ao movimento dos servidores do Sisema: “Eu
432 também, pessoalmente, gostaria de manifestar apoio aos servidores do Sisema
433 e que tenha um final positivo para todo mundo.” Não havendo outros assuntos a
434 serem tratados, o presidente Elbert Figueira Araújo Santos agradeceu a
435 presença de todos e declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.
436

437 **APROVAÇÃO DA ATA**

438
439
440 **Carlos Alberto Santos Oliveira**
441 **Presidente em substituição da Câmara Técnica de Planos**